

MOBILIDADE ESPAÇO-TEMPORAL DA TRADIÇÃO TUPIGUARANI: CONSIDERAÇÕES LINGÜÍSTICAS E ARQUEOLÓGICAS

Claristella Santos

Universidade Federal de Pernambuco

ABSTRACT

In this article we try to show the complexity of the linguistic studies, calling the attention to the necessary care we shall search in the association between the data of linguistic nature and the ones of archaeological nature. This way, we give evidence to some problems that are present in the brazilian archaeology which concern to the linguistic archaeological association related to the Tupiguarani pottery tradition.

RESUMO

Neste artigo tenta-se mostrar a complexidade dos estudos lingüísticos, chamando a atenção para os cuidados que se deve buscar na associação entre os dados de natureza lingüística e os de natureza arqueológica. Nesse sentido, põe em evidência alguns problemas que se apresentam na arqueologia brasileira no que tange à associação lingüístico-arqueológica com relação a tradição ceramista Tupiguarani.

KEY WORDS

- Tupiguarani Tradition
- Tupi Linguistic Roat
- Linguistic
- Language
- Migration
- Pottery Analysis
- Proto-Language
- Archaeological Pottery

PALAVRAS - CHAVE

- Tradição Tupiguarani
- Tronco Lingüístico Tupi
- Lingüística
- Língua
- Migração
- Análise Cerâmica
- Proto-Língua
- Cerâmica Arqueológica

O estudo das línguas indígenas brasileiras, dirigido no sentido da sua reconstituição, tem sido gradativamente ampliado, seja através do estudo de registros já publicados, ou ainda através de novos estudos com base no contato direto com grupos étnicos que ainda falam suas línguas ou possuem apenas parte de seu vocabulário original. Tais estudo têm permitido a recuperação bem como a reconstituição parcial de línguas ou ainda a filiação lingüística de grupos étnicos que foram dizimados ou cujos remanescentes perderam total ou parcialmente a sua língua. Deste modo, os estudos das línguas indígenas brasileiras tem despertado também interesse em grande número de estudiosos da cultura indígena, na busca de subsídios às suas áreas de interesse específico.

O estudo lingüístico dos grupos indígenas tem servido ainda de respaldo para a formulação de hipóteses, em alguns trabalhos, na arqueologia brasileira. Hipóteses estas que se relacionam sobretudo ao campo da associação entre a tradição Tupiguarani - cuja denominação em si já foi estabelecida em função da associação do material arqueológico, basicamente a cerâmica, a grupos étnicos falantes de línguas do Tronco lingüístico Tupi - e a dispersão das línguas do tronco Tupi (Tupi e Guarani), objetivando explicar a origem e dispersão da referida tradição. Assim, têm-se confrontado dados arqueológicos, lingüísticos e etnohistóricos.

Na tentativa de buscar associação lingüística entre a tradição arqueológica Tupiguarani e falantes do tronco Tupi, al-

guns autores tentaram explicação acerca da origem e mobilidade espaço-temporal da referida tradição (BROCHADO, 1973a, 1973b, 1980, 1984; MEGGERS & EVANS, 1973; SCHMITZ, 1985). Dentre os aspectos que se apresentam comum entre os autores destaca-se: a atribuição à região amazônica como local de origem da proto-língua da família lingüística Tupi-Guarani. Este tipo de especulação nos conduz a tecer alguns comentários acerca de alguns aspectos da origem da linguagem articulada, bem como da formação de uma língua e de alguns recursos oferecidos pela Lingüística. Isto com vistas a uma melhor compreensão dos cuidados que se deva buscar nas inferências lingüísticas no campo da Arqueologia. Essas considerações deverão nos fornecer alguns subsídios para um melhor entendimento do assunto em apreço.

I) Alguns Aspectos da Origem da Linguagem Falada

Ainda restam dúvidas por parte de cientistas a respeito do surgimento da linguagem articulada nos ancestrais hominídeos. Projetos vêm sendo desenvolvidos no sentido de identificar em que momento a linguagem falada surgiu. Conforme nos reporta Leakey (1981), experiências vêm sendo realizadas em primatas não humanos, tal como o chimpanzé, no sentido de identificar a possibilidade da fala, ou seja, da aprendizagem por parte dos mesmos. No entanto, dentre as experiências realizadas se tem obtido sucesso apenas no ensino da linguagem de sinais, sobretudo entre chimpanzés, desde a infância, em ambientes sociais. Roger Fouts da Universidade de Oklahoma, que vem desenvolvendo estudos nesse sentido, é de opinião que "... a linguagem é algo que se **aprende**, não uma coisa se que ensina. (...) A linguagem, (...), é um comportamento **social**, diz respeito ao relacionamento com outros indivíduos." (LEAKEY, 1981:128)

O desenvolvimento da linguagem, ou a capacidade de seu desenvolvimento, quer simbólica ou articulada, requer, por sua vez, uma capacidade cerebral compatível. Questões são levantadas no sentido de ser ou não a linguagem articulada uma característica humana (Op. cit.). Experiências realizadas em primatas não humanos apresentam como resultado a articulação de frases aprendidas para solicitar algo, porém sem ligação lógica das palavras. Daí vir a questão levantada acima.

Assim, não obstante a diversidade de línguas existentes no mundo, é corrente entre os lingüistas, admitir-se uma similaridade gramatical entre as línguas dos diversos povos. “A razão, sugerem eles, é que a linguagem é o produto de certas estruturas ou funções cerebrais” (Op. cit.:129). Esses estudos, que ainda vêm tendo continuidade, demonstram uma preocupação por parte dos cientistas em buscar a origem de linguagem articulada, bem como a capacidade de articulação da palavra, no sentido de aprendizagem, em primatas não humanos. Por outro lado, ressalta-se outros estudos que centram-se mais na origem da linguagem em primatas humanos, como teria surgido, a nível apenas de estudos e de hipóteses, não em experiências a partir de primatas não humanos por exemplo, sabendo-se que estes últimos integram o mesmo ramo dos ancestrais hominídeos.

Discussões de caráter teórico com relação a independência entre linguagem, raça e cultura também se constituem em temas polêmicos e de grande interesse para os estudiosos da espécie humana do ponto de vista de seu sistema cultural. Entre os caminhos tomados a partir desses estudos ressalta-se, por exemplo, aquele em que admite que uma semelhança em qualquer dessas variáveis - linguagem, raça e cultura - entre determinados grupos, significaria que os mesmos teriam

tido uma origem comum. **Devemos** levar em consideração, por exemplo, que as línguas pertencentes a um mesmo tronco lingüístico derivam de uma única língua ancestral. Poderíamos admitir igualmente que as milhares de línguas existentes na terra, oriundas de diversos troncos lingüísticos, também derivam de uma língua única. Essas milhares de línguas, no entanto, pertencem a grupos bastante distintos culturalmente. Esse é um dos exemplos em que se pode evidenciar a independência entre língua, raça e cultura. Esta concepção teórica, portanto, tem por princípio que aqueles grupos que apresentavam similaridade racial, lingüística e cultural, partilhavam de uma origem comum (TRIGGER, 1973:9 - 10). Acreditava-se que os grupos que apresentavam características diferentes, em termos dos elementos mencionados anteriormente, as tinham por terem se desvinculado, especialmente, originalmente de outros que possuíam tais traços comuns. Tudo isto teria ocorrido em conseqüência de separações regionais (Op. cit.:10). Trigger ressalta que esse tipo de visão foi o resultado da concepção de um equânime processo de diferenciações (Op. cit.:10) entre os diversos sistemas culturais. Deste modo, afirma Trigger ao abordar este assunto:

“A habilidade dos seres humanos em aprender novas línguas e novos modos de comportamentos, assim como a capacidade dos sistemas sociais em assimilar novidades, têm demonstrado que repetidamente a história racial, lingüística e cultural dos grupos seguiu diferentes caminhos; conseqüentemente, tais semelhanças entre grupos não constituem provas de que seus componentes ou sua cultura provenham de uma origem comum.” (Op. cit.:11)

Se nos detivermos especificamente na questão do surgimento da linguagem articulada, outras discussões vêm a tona. Associa-se muito comumente a existência e perpetuação da cultura a linguagem falada (HOIJER, 1982), razão pela qual alguns estudiosos acreditam ser a cultura privilégio da espécie humana. Na opinião de Hoijer a interligação entre linguagem e cultura ao homem dá-se em função de alguns fatores:

- a) a linguagem permite a comunicação e cooperação, em consequência a transmissão de experiência;
- b) a transmissibilidade gera “continuidade do comportamento da aprendizagem.” (Op. cit.: 284);
- c) por sua vez, esses fatores juntos permitem a recriação e mudança em uma cultura. Nesse sentido a linguagem falada assume um caráter nitidamente social.

Conclui-se com isto ser a cultura tão antiga quanto a linguagem. Tal afirmativa, segundo Hoijer, encontra respaldo em fatos tais como:

- 1) desconhecimento de alguma sociedade humana sem linguagem falada;
- 2) a multiplicidade de línguas hoje existentes além daquelas já extintas que se tem conhecimento, todas elas filia-das a famílias e troncos lingüísticos, são evidências de que essa diversificação ocorreu a milhares de anos;
- 3) um outro aspectos diz respeito à lenta velocidade de mudança de uma língua;

- 4) De modo idêntico “todas as línguas possuem um sistema gramatical claro e definido” (Op. cit.:287) seguido por regras, isto também independentemente do nível de desenvolvimento do povo que a fala.
- 5) Outros fatores incluem a estrutura das línguas independente de sua antiguidade ou do nível de desenvolvimento do povo que a fala. Nesse sentido, o que pode se apresentar mais “rico”, é o vocabulário.

Não há registro escrito da origem das línguas humanas, mesmo porque remonta a um período bastante anterior à escrita. Hoijer quando aborda este aspecto, o da origem da linguagem falada, destaca duas hipóteses sobre as quais foram desenvolvidas teorias a respeito da origem da linguagem: “a das interjeições e a da imitação dos sons.” (Op. cit.:287).

As teorias que se desenvolveram a partir da primeira hipótese baseiam-se no princípio segundo o qual o vocabulário que integra uma língua teria se originado a partir de palavras que surgiram em consequência de interjeições ou gritos involuntários (Op. cit.:287), haja vista a similaridade que é compartilhada por palavras que as representam em línguas atuais. No segundo caso, ou seja, das teorias que têm como suporte o surgimento da linguagem a partir da imitação de sons tais como animais e outros ruídos, as línguas teriam se formado a partir dessas imitações. O autor, no entanto acredita que tais teorias não explicam o surgimento da linguagem pelo fato das mesmas - tanto as interjeições involuntárias quanto a da imitação de sons - não constituírem formas lingüísticas. Em que sentido? No sentido de que os gritos involuntários, por exemplo, representam uma resposta a um estímulo, enquanto que as palavras, o vocabulário de uma língua, são representados por símbolos lingüísticos, símbolos estes arbitrários. Os

gritos involuntários ou a **imitação de** sons podem ter apenas despertado a capacidade da linguagem articulada e a partir de então a linguagem passou a ser simbolizada. No que concerne a esta questão Hoijer acredita que:

“Para compreender como apareceram as línguas precisamos saber de que forma o homem veio a estabelecer seus hábitos arbitrários ou convencionais de associar sons falados à experiência. (...) Com isso queremos referir-nos a símbolos que, em si mesmos, não são parte da realidade ou experiência simbolizada. Assim, por exemplo, a sucessão de sons que constitui a palavra horse (cavalo) não tem nenhuma relação necessária com a classe de animais simbolizada por ela. Em resumo, não há nada semelhante a um cavalo na palavra horse.” (Op. cit.: 288).

De modo idêntico pensa o paleoantropólogo inglês Leakey que é de opinião que:

“A linguagem, naturalmente, é constituída de palavras e de regras gramaticais que determinam a sua ordem. As palavras são convenções arbitrárias da mente humana. Por exemplo, uma árvore em inglês é rotulada com a palavra “tree” somente porque todos concordam que assim seja, não porque a palavra se pareça ou soe de algum modo com o objeto.” (LEAKEY, 1981:129).

Uma visão mais globalizante de todos esses aspectos que envolvem o sistema cultural como um todo, permite o seu entendimento com bases efetivamente científicas.

II) Os Recursos da Lingüística

A percepção de similaridade entre determinadas línguas pode levar o observador a concluir que as mesmas têm uma relação em comum, relação essa que se define na sua origem. A partir das características que dividem as línguas que se originam de um tronco comum, ou seja, as línguas das famílias que constituem o tronco, "it would have been possible to reconstruct many of the characteristics of the original protolanguage." (RENFREW, 1989: 107).

Esta "árvore de aproximação", ou modelo, foi desenvolvido por August Schleicher, filólogo alemão, em 1860, que considera, nesta perspectiva, o desenvolvimento das famílias lingüísticas. Assim, conforme sua visão:

"The basic process represented by the tree model is one of divergence: when languages become isolated from one other, they differ increasingly, and dialects gradually differentiate until they become separate languages." (Op. cit.:107).

O modelo de Schleicher enquadra-se no que os linguistas chamam de divergência. No entanto outra maneira de estudar as mudanças lingüísticas apresentam uma visão diferenciada. É o caso do "the wave model" desenvolvido na década de 70 do século XIX pelo lingüista alemão Johannes Schmidt. O modelo de Schmidt apresenta a visão segundo a qual:

"linguistic changes spread like waves, leading ultimately to convergence - that is, going similarity among languages that were initially quit different." (Op. cit.:107)

Nesse sentido não fica muito claro como se chegaria, por exemplo, à proto-língua, teria-se apenas uma visão de mudança lingüística.

O papel da lingüística é de fundamental importância como disciplina auxiliar à Arqueologia quando se busca, por exemplo, reconhecer a origem cultural de um determinado grupo, dispersão ou migração, mediante a especulação de sua origem lingüística. Com esse tipo de estudo pode-se trabalhar com hipóteses então pré-estabelecidas e buscar testá-las. A exemplo, esse tipo de especulação foi buscado no estudo da origem das línguas Indo-Européias, recorrendo-se ao auxílio da Arqueologia (Op. cit.). A Arqueologia nesse sentido teria de buscar, através do estudo dos elementos materiais da cultura, em seus registros arqueológicos, reconhecer sistemas culturais para então apresentar um quadro de dispersão dos mesmos numa dada área geográfica. Os estudos lingüísticos fornecem elementos de fundamental importância em tais casos. É redundante até ressaltar que uma língua necessariamente está associada a um grupo cultural, ou grupos culturais. Buscar identificar tal unidade, se é que existe, é uma tarefa difícil (Op. cit.).

Uma das formas de se buscar a origem de determinada língua, associando a um sistema cultural, vem sendo tentado mediante o estudo do vocabulário principal. O vocabulário principal trará informações quanto ao contexto ambiental do grupo, nomes de animais e plantas por exemplo. Algumas críticas são feitas na utilização desse recurso lingüístico argumentando-se as especificidades faunísticas e vegetacionais de uma área para outra bem como a mudança de significado das palavras atribuídas a fauna e flora. A julgar por esta crítica, uma datação por este meio seria inviável.

Ainda no âmbito da Lingüística, um outro modelo centra-

do na origem lingüística é mencionado por Renfrew (1989): o modelo da substituição lingüística. O modelo da substituição lingüística baseia-se na hipótese de que uma língua pode ser substituída por outra, total ou parcialmente, tendo como pressuposto que os mecanismos principais de transmissão são os processos demográfico e econômico. Esses mecanismo incluem: superioridade militar, tanto em termos de organização quanto de tecnologia; capacidade tecnológica para explorar ou competir em diferentes nichos ecológicos; economia de subsistência bem estabelecida, seja o grupo caçador e/ou coletor, ou agrícola, e nesses casos deverá o grupo ter desenvolvido a capacidade de suprimento próprio.

Uma outra forma de substituição lingüística é através de uma língua franca (língua paralela). Uma língua franca pode se desenvolver através do comércio e aos poucos vir a tornar-se predominante. O autor pressupõe também que mesmo para aquelas sociedades que se expandiram através da dominação de outros povos, tornando-se centralizada, tal como no Império Romano, sua língua pode ser suplantada quando essa mesma sociedade entra em colapso e é dominada. Finalmente a mudança demográfica ocasionada em função da agricultura gerando além de mudanças na organização social uma expansão territorial levando a efeito a dominação ou não do território ocupado. Resumindo, têm-se quatro caminhos para a substituição lingüística: mudança demográfica, elite dominante, colapso do sistema e língua franca.

Com relação ao que foi abordado acima, uma questão lingüística interessante é tratada por Hoffnagel (1981) ao estudar fatos relativos ao contato lingüístico no Paraguai, trata-se do bilinguismo. Duas "conseqüências sociológicas" são apontados pela autora em decorrência do contato lingüístico.

“Primeiro, um bilingüismo indefinidamente prolongado, tal que ambas as línguas continuam a ser aprendidas, embora provavelmente, em diferentes contextos e para diferentes funções. Segundo, uma das duas línguas cair em desuso de tal maneira que venha a ser cada vez menos aprendida até não ter nenhum novo falante.” (Op. cit.:133).

O caso do Paraguai se encaixa mais, no momento, nesse primeiro quadro.

Verifica-se nessa segunda conseqüência um nítido caso de substituição lingüística, donde se enquadra a maior parte dos países latino-americanos, embora em muitos desses países línguas aborígenes sejam faladas (Op. cit.:133).

É importante ressaltar aqui que se um grupo chegou a absorver a língua de um outro grupo, o contato deve ter sido tão intenso que o mesmo deve ter necessariamente interferido em outros aspectos culturais.

Considerando a questão dos recursos da lingüística, é necessário ainda mencionar outras posições com relação ao item em apreço, sendo que trazendo a tona problemas relativos às datações lingüísticas.

Através do estudo de línguas atuais, remanescentes, buscou-se, estabelecer cronologias, por meio de um método no qual associa-se “...sound changes with historical events” (Op. cit.: 15). Outra tentativa de estabelecimento de datações foi feita mediante a utilização do método glotocronológico o qual se utiliza da técnica léxico-estatística. Este método baseia-se na contagem ou avaliação de mudança no vocabulário principal (EHRET, 1976), ou seja, no vocabulário também considerado como “não-cultural”, que é inerente a todas as sociedades

(SNOW, 1977). Swadesh (1955) admite que essa mudança ou substituição no vocabulário principal se processa num ritmo constante estatisticamente, e pode ser avaliada mediante uma fórmula, através da qual calcula-se a substituição e com isso o tempo de separação da língua-mãe, ou seja, a datação provável dessa separação. Quanto menor for o percentual de palavras cognatas, em relação ao vocabulário principal, maior terá sido o tempo da separação da língua-mãe.

Snow destaca problemas que considera graves na glotocronologia. O primeiro diz respeito a não comprovação de que a substituição no vocabulário principal apresenta um, "ritmo constante". O segundo refere-se "a distinção entre palavras cognatas e palavras não-cognatas (sejam empréstimos ou não)" (SNOW, 1977:192 - 193). Tal distinção não estaria, segundo aquele autor, completamente aclarada. Neste último caso, segundo Snow, o problema é sobretudo grave no caso das línguas não-européias em que os estudos não se encontram ainda tão avançados. Conforme se pode observar, pelo exposto os estudos lingüísticos apresentam grande complexidade, e sobretudo as técnicas utilizadas para datação das transformações lingüísticas são ainda bastante questionadas pelos próprios especialistas, sobretudo quando se refere a línguas não registradas através da escrita. Temos que admitir, portanto, que tais aspectos têm permitidos se questionar os resultados obtidos através da associação entre dados lingüísticos e arqueológicos relativos à tradição Tupiguarani. Sobretudo se levarmos em conta a amplitude dos casos, e não especificamente aqueles em que se buscou além da associação lingüística, a associação com os dados etno-históricos. Tomemos como exemplo a própria afirmação de Meggers e Evans (1973) de que para se relacionar uma família lingüística a uma tradição cultural deve-se demonstrar que tal associação existe para que se possa utilizar dos resultados na pesquisa arqueológica (Op. cit.:53-54).

Evidentemente, **essas críticas não** se aplicam aqueles casos em que a associação entre os dados lingüísticos, arqueológicos e etno-históricos foram devidamente comprovados, haja vista alguns exemplos que poderiam ser citados na arqueologia brasileira, mas principalmente às associações longínquas de serem confirmadas.

III) O Respaldo Lingüístico: na Busca da Proto-Língua

A abordagem sobre questões lingüísticas relativas ao tronco Tupi requer algumas considerações a respeito da dispersão de uma língua, sobretudo no que diz respeito às grandes dispersões reconhecidas para alguns troncos lingüísticos. Essas questões levam necessariamente à origem do tronco lingüístico: a proto-língua.

A abordagem de uma proto-língua, ou a menção a mesma, requer algumas considerações quanto à formação de uma língua. Conforme nos reporta Rodrigues (1986), uma língua indígena reflete o contexto sócio-cultural e ambiental de um grupo, a forma de encarar a vida, o meio em que vive. O conhecimento de uma língua deverá, portanto, permitir o acesso a essa visão. Entretanto, uma dada comunidade, por diferentes razões que não nos cabe aqui discutir, pode se dividir dando origem a uma ou mais comunidades. Esse novo agupamento, ao se distanciar geograficamente da comunidade original tende, de acordo com aquele autor, a iniciar um processo de modificação lingüística gradativa, em relação à comunidade original. Ehret (1976) considera que o processo de transformação de uma língua, dando origem a duas ou mais línguas, pode se processar através de séculos. Segundo o referido autor os dialetos expressam um momento anterior à geração de uma outra língua, ou seja, à transformação em uma língua-filha. Esse processo, por sua vez, terá continuida-

de através das línguas-filhas, ou seja, as línguas-filhas levarão características da língua-mãe ao mesmo tempo em que as mesmas, igualmente, tornar-se-ão línguas-mães.

Não obstante a diferenciação lingüística ao longo do tempo, a partir da separação de uma comunidade e a conseqüente geração de uma nova língua, mantém-se, segundo Rodrigues (1986), vários elementos em comum que ligam ambas as línguas, evidenciando a descendência. Entretanto, o autor destaca que o tempo influencia na diminuição dos elementos em comum, o que se agrava com a extinção de uma das comunidades. O relacionamento de uma ou mais línguas a uma origem comum está refletido através da palavras cognatas que, conseqüentemente, evidenciarão um ancestral comum (EHRET, 1976).

A diferenciação lingüística a partir de uma única língua comum, ou seja, a geração de novas línguas, acarretará uma "individualização" do ponto de vista lingüístico, mantendo-se, entretanto, um parentesco. Segundo Rodrigues (1986), esse parentesco se manifestará através dos elementos comuns a duas ou mais línguas que, por seu turno, constituirão uma família lingüística. A proto-língua é considerada exatamente o ancestral das línguas pertencentes a uma família lingüística. Cada família lingüística, por sua vez, ou a sua proto-língua, deverá pertencer a uma proto-língua ancestral das mesmas - o tronco lingüístico. Daí a ligação de famílias lingüísticas a um determinado tronco lingüístico.

Do ponto de vista documental escrito, não há evidências, segundo Rodrigues (Op. cit.), de protolínguas, quaisquer que sejam, das línguas indígenas brasileiras. O mencionado autor observa que, entre as línguas indígenas brasileiras, o Tupinambá ou Tupi Antigo e o Guarani Antigo são as línguas mais documentadas através de documentação escrita.

Em contraposição, a proto-Tupi-Guarani não apresenta nenhuma evidência escrita. Conseqüentemente, o conhecimento da proto-língua predecessora das proto-línguas das famílias lingüísticas do tronco Tupi, a proto-Tupi, só poderá se processar através do estudo das línguas remanescentes das línguas das famílias do referido tronco lingüístico (Op. cit.).

Apesar da não evidência escrita das proto-línguas acima referidas, por outro lado, pode-se ressaltar com relação à família lingüística Tupi-Guarani que a mesma "...se destaca entre outras famílias lingüísticas da América do Sul pela notável extensão territorial sobre a qual estão distribuídas suas línguas." (Op. cit.:32). Rodrigues acredita que a dispersão dessa família deve ser atribuída a diversas migrações dos povos que as falavam. Essas migrações teriam sido empreendidas, conseqüentemente, pelos antepassados desses povos que falavam tais línguas, em período pré-histórico (Op. cit.:33).

Ehret estabelece algumas considerações relativas a um estudo que desenvolveu acerca das línguas dos Cushtic do sul, no leste da África, estudo que destacamos por sua importância quanto ao entendimento do relacionamento de uma proto-língua com outros elementos culturais. O autor admite que o reconhecimento da proto-língua implicará no reconhecimento da comunidade ou das comunidades que a falavam, isto em diferentes períodos de tempo ao longo do processo a partir do qual ocorreu o "desmembramento" da língua-mãe. Segundo Ehret, "For linguistic continuity there must also be parallel social continuities of the same kind." (EHRET, 1976:8). Deste modo, considera que cada descendência lingüística implica em uma descendência histórico-cultural.

Para se estabelecer algum tipo de inferência relativa a uma proto-língua, quanto a sua origem e conseqüentemente da

origem da ou das comunidades que as falavam, torna-se necessário recorrer a métodos lingüísticos de investigação. Anteriormente, fizemos menção a alguns dos métodos de investigação. Esse assunto também foi tratado por Ehret (1976). O autor menciona que o tipo de inferência referida pode ser demonstrada mediante, por exemplo, o estudo de todas as línguas da área geográfica a ser pesquisada, ou seja, em evidência. Um outro critério refere-se a interpretação ou elucidação de movimentos de população atual ou falantes das línguas-filhas. Outros critérios envolvem o estudo do empréstimo de palavras, ou adoção por uma dada língua.

Acreditamos que as questões lingüísticas abordadas anteriormente tenham servido de contribuição para o entendimento das problemas que envolvem os aspectos lingüísticos relativos à tradição arqueológica Tupiguarani. Pois, sabe-se que existe uma estreita ligação entre os aspectos lingüísticos e os arqueológicos com relação à tradição Tupiguarani. Isto posto, faz-se necessário relatar algumas posições iniciais na Arqueologia brasileira, a partir do PRONAPA, no que tange a questões de dispersão da tradição arqueológica Tupiguarani.

IV) A Influência Inicial do Pronapa

Ao ser realizada uma retrospectiva ao período em que o PRONAPA se instalou no Brasil, verifica-se que em seus objetivos encontra-se aspectos importantes quanto à mobilidade espaço-temporal de grupos pré-históricos.

No relatório do primeiro ano de pesquisas do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas - PRONAPA - verifica-se na Introdução de Clifford Evans que o autor destaca que a implantação deste programa no Braisl deveria levar em consideração a diversidade fisiográfica do país, bem como os dados

fornecidos a partir das pesquisas nas diferentes regiões deveriam ser agrupados. Os resultados obtidos, segundo sugere Evans, poderiam redundar em "...informações sobre as rotas e direções de migração e difusão, como ainda, proporcionar a elaboração de seqüências do desenvolvimento cultural de povos pré-europeus." (EVANS, 1967:9).

A estratégia de pesquisa do PRONAPA, em termos de atuação geográfica, teria sido projetada tomando como alvo "...as principais bacias fluviais e sugeridas as possíveis rotas de migração." (Op. cit.:9). Assim, dentro das metas do Programa as áreas a serem prospectadas, intensiva ou extensivamente, deveriam fornecer informações que se coadunassem com os objetivos acima referidos com relação ao quadro a que se propunham para pré-história brasileira.

Assim, a observação de uma cerâmica arqueológica de grande semelhança, identificada por uma vasta área, conduziu, desde a década de 60, os arqueólogos a buscarem a formulação de modelos que pudessem explicar sua ocorrência. Basicamente três fontes de dados foram utilizadas na fundamentação das hipóteses: os dados arqueológicos, os etno-históricos, e os lingüísticos. Do ponto de vista da concepção teórica, a difusão cultural norteou grande parte dos trabalhos realizados. Deste modo, se pode observar muitos pontos de convergência entre as hipóteses estabelecidas. Entretanto, a ampla distribuição da cerâmica foi ainda observada sob uma outra perspectiva: a possibilidade de sua dispersão ter-se dado, não através da difusão cultural intergrupos, mas através da migração de massas. Por outro lado, a área de dispersão da cerâmica a princípio correspondia a área que Steward (1948) considerou como de ocupação pelos grupos portadores do que chamou de "Cultura de Floresta Tropical". Os raros casos de localização da chamada cerâmica Tupiguarani em áreas não correspon-

dentes às florestas tropicais, eram atribuídos aos grupos que, no período histórico, fugiram à dominação do colonizador.

Ao término do PRONAPA - e já na década de 70 -, as pesquisas realizadas com os propósitos mencionados anteriormente, apontaram os portadores da chamada tradição Tupi-guarani como sendo o grupo pré-histórico de maior expressão, em termos de extensão especial ocupada, ao longo do território brasileiro. Outros trabalhos no mesmo sentido surgiram ainda em décadas posteriores. Entretanto, apesar do grande número de trabalhos realizados, muitas questões permanecem em aberto. Observa-se divergências no que se refere aos pontos de dispersão; a origem da tradição; quanto ao sentido das rotas migratórias, quando à interpretação dos fatores que teriam provocado as supostas migrações, e ainda, que se mostra mais grave, quanto à própria caracterização da tradição Tupiguarani. No que se refere às migrações, verifica-se que, não obstante a diferenciação de abordagem dos trabalhos, ao se considerar os fatores impulsionadores das migrações, o fundamento difusionista se encontra implícita ou explicitamente contido nos mesmos.

Do ponto de vista etno-histórico, no início do século XX, destacam-se os trabalhos realizados por Métraux (1927, 1928, 1979), baseado em registros etnográficos e etno-históricos, onde apresenta suas hipóteses relativas às migrações efetuadas por grupos indígenas classificados lingüisticamente como Tupi-Guarani. Seus trabalhos, de grande valia para a etno-história brasileira, forneceu subsídios a diversos trabalhos nesse campo, inclusive aos arqueológicos. Não obstante a importância da abordagem dos aspectos etno-históricos, limitar-nos-emos, no momento, aos problemas lingüísticos e arqueológicos.

V) Aspectos Lingüísticos

Conforme se pode observar, pelo exposto, os estudos relativos às migrações de grupos pré-históricos apresentam grande complexidade. A análise do posicionamento de diferentes autores, seus pontos de divergência e sobretudo as fundamentações críticas que apresentam, nos leva a questionar os resultados obtidos através da associação entre dados lingüísticos e arqueológicos relativos à tradição Tupiguarani ou, mais recentemente, às subtradições Guarani e Tupinambá, mormente no que tange às inferências quanto a mobilidade espaço-temporal desses grupos. Tomemos como exemplo a própria afirmação de Meggers e Evans (1973) de que para se relacionar uma família lingüística a uma tradição cultural deve-se demonstrar a existência de tal associação. Apenas deste modo tornar-se-ia possível a utilização dos resultados na pesquisa arqueológica (Op. cit.:53-54). Entretanto, o que constatamos, acerca da hipótese de Meggers e Evans (1973) é que, em princípio, tal associação foi apenas suposta como tendo sido realizada com relação à família lingüística Tupi-Guarani e a cerâmica da tradição Tupiguarani. A identificação da existência das famílias lingüísticas e particularmente da família Tupi-Guarani é defendida com base nos estudos lingüísticos realizados por Rodrigues (1964), entretanto tal afirmativa é questionada por Lathrap (1975), com base nos estudos de Lemle (1971), que identifica duas famílias, a Tupi e a Guarani. Por outro lado, as afirmativas de que a língua Tupi ou Tupinambá e a Guarani foram as línguas mais faladas no Brasil, sobretudo a primeira, é um dado até então não questionado, face o registro histórico do período colonial. Tanto que ficou conhecida como língua Geral ou Língua Brasílica (Rodrigues, 1986), por ter sido falada de norte a sul do país como língua de contato entre europeus e indígenas. Rodrigues inclusive chama a atenção para a grande herança que se tem no vocabulário

da língua portuguesa no Brasil. Entretanto, há que se considerar o fenômeno de “guaranização” registrado por Métraux, em que a língua Tupi foi adotada por grupos originalmente falantes de outras línguas.

Quanto aos aspectos relacionados ao local de origem e respectiva datação para as línguas do tronco Tupi, alguns problemas foram levantados por Snow (1977). Foram citados anteriormente os questionamentos de Snow acerca da utilização do método glotocronológico no estudo da línguas que, diferentemente das européias, não dispõem de um estudo mais exaustivo. O autor inclusive aborda diretamente as conclusões apresentadas no artigos de Meggers e Evans (1973) sobre os Tupi-Guarani, concluindo por fazer restrições à associação entre os dados linguísticos desta família e os dados arqueológicos (SNOW, 1977). Se as restrições deste autor são de caráter lingüístico, as nossas, abrangem tanto a hipótese de Meggers e Evans quanto a de Brochado - sobretudo no que tange a associação entre as línguas Tupinambá e Guarani e as subtrações arqueológicas Tupinambá e Guarani -; tais restrições dizem respeito sobretudo aos resultados obtidos no âmbito arqueológico.

Inicialmente a correlação entre o fenômeno da dispersão lingüística, levando-se em consideração a datação glotocronológica, não pode ser confirmada arqueologicamente, conforme mencionam os próprios autores, Meggers e Evans (1973). Tal impossibilidade é atribuída pelos autores tanto à escassez de dados arqueológicos referentes à região amazônica - por se acreditar ser aquela a área de origem da família lingüística Tupi-Guarani e de igual forma da protolíngua da referida família -, quanto pela dificuldade de associação do fenômeno lingüístico com o registro arqueológico nos casos em que tais dados apresentam-se insuficientes para inferências deste tipo.

Considerando-se a estimativa de datação para a origem do tronco Tupi (5.000 BP), e as datações mais antigas para a cerâmica Tupiguarani, é de se esperar que à época da separação do tronco, tais grupos não teriam ainda o domínio da tecnologia ceramista, estando possivelmente no estágio econômico de caçadores-coletores. Neste caso seria necessário demonstrar através de dados arqueológicos a continuidade cultural entre os registros de caçadores-coletores da área de origem da família lingüística Tupi-guarani, e os grupos de ceramistas da tradição Tupi-Guarani, dos quais seriam os antepassados. Tais registros deveriam ainda atender às expectativas cronológicas estabelecidas pela hipótese, ou seja, estar em concordância com a datação atribuída à sua dispersão.

Assim, supondo-se que do ponto de vista lingüístico se confirme a origem amazônica dos proto-tupi, conseqüentemente do tronco Tupi, e a data em que os seus falantes começaram a se dispersar, é necessário então, uma vez confirmadas as rotas traçadas pelas referidas línguas das famílias lingüísticas do tronco Tupi, confirmar igualmente a associação entre os dados arqueológicos e os lingüísticos. Deste modo, estaria-se admitindo não apenas a migração de um elemento cultural, mas possivelmente também da cultura. Deste modo, alguns aspectos, devem ser considerados:

- a) A constatação de grupos falantes de uma mesma língua numa dada área geográfica, não significa que os mesmos pertençam ao mesmo sistema cultural (admitindo-se independência entre língua e cultura). Neste caso deve-se levar em consideração ainda a possibilidade de aculturação lingüística. Ou seja, um grupo que fale a mesma língua de um grupo vizinho ou não, sem, no entanto, integrar o mesmo sistema cultural.

- b) Uma vez que uma língua se forme a partir de sua proto-língua, considerando a partição de um grupo que a falava em uma dada área geográfica, não significa que o mesmo leve consigo todos elementos culturais. Daí porque a necessidade de confirmação arqueológica.
- c) Deve-se considerar ainda, com relação ao apoio linguístico, que se as classificações mais antigas filiam muitas línguas ao tronco ao Tupi; entretanto, em estudo mais recentes, algumas permanecem filiadas ao mesmo tronco, enquanto enquanto que outras foram filiadas a outros troncos linguísticos e ainda outras ficaram como línguas isoladas.

Assim, entendemos que deve ter havido por parte dos arqueólogos que traçaram rotas migratórias da chamada tradição Tupiguarani, ou especularam sua origem com base em dados linguísticos, etno-históricos e arqueológicos, a aceitação de uma certa "unidade". Unidade no sistema cultural como um todo, pois admitir, por exemplo, que um elemento cultural, a cerâmica, atingiu uma grande dispersão geográfica e tomar como apoio dados linguísticos, é admitir que os demais elementos culturais caminharam juntos. Nota-se uma certa "confusão" entre dispersão linguística e dispersão arqueológica de um elemento cultural (a cerâmica), considerando a persistência espaço-temporal do mesmo.

Admitindo-se que os proto-tupi tenham sido realmente originários da região amazônica, conforme os atuais dados linguísticos sugerem, e que tenham iniciado a sua dispersão (seus falantes) em torno de 5.000 anos atrás, temos que admitir como possibilidade real que a essa época os seus falantes eram caçadores, ou coletores, ou ainda caçadores-coletores. Por outro lado, admitindo-se que os ceramistas (Tupiguarani) com

sítios datados de 500 B.P., estariam linguisticamente filiados ao tronco Tupi, há que se admitir uma diferença fundamental entre a economia e conseqüentemente o sistema cultural deste grupo e daqueles de 5.000 B.P. Nesse caso, o que poderia ser considerado como “unidade linguística”, que não seria o caso pelo processo de mundança que sofreu a pronto-língua, foi extrapolado no momento em que se admitiu uma “unidade arqueológica”, seja através de tradição ou de subtradição. Deve-se ressaltar, ainda a mudança fundamental, econômica, ocorrida no sistema cultural dos falantes da pronto-língua Tupi. Daí a fragilidade, em termos mais amplos, dessa associação arqueológico-lingüística.

VI) Aspectos Arqueológicos

À luz dos dados que foram expostos anteriormente, concernentes à migração da chamada tradição Tupiguarani e a origem da mesma, bem como das subtradições guarani e Tupinambá; as especulações quanto a atribuição de origem à região amazônica dos portadores da tradição e a descendência atribuída à tradição policroma Amozônica, podemos destacar que algumas questões permanecem ainda “em aberto”. Essas questões dizem respeito a dois problemas básicos: definição do tipo de migração, a coerência entre os dados arqueológicos apresentados e os dados lingüísticos. Esses últimos já foram anteriormente comentados.

Se nos detivermos nas discussões concernentes à difusão e migração, verificaremos que as mesmas podem culminar em discussões mais amplas concernentes à mudança cultural e invenção. Conforme foi observado por trigger (1973), as questões apresentadas envolvem uma ampla gama de aspectos a serem considerados. Levando-se em conta que a difusão se caracteriza pela transmissão e aceitação de um e-

lemento de uma cultura por outra, os problemas, do ponto de vista arqueológico, começam a assumir uma maior complexidade. O mesmo ocorre quando nos deparamos com a questão da migração, sabendo-se que a mesma, quando constatada, caracteriza-se pelo "deslocamento de povos" (Op. cit.:40). Conforme nosso entedimento, para caracterizar a migração, o deslocamento de povos que integrem uma mesma cultura, do ponto de vista arqueológico, é necessário indentificá-los como pertencentes a um mesmo sistema cultural.

Constatamos, deste modo, estar se tratando de um campo bastante complexo, pois ao se lidar com culturas, no caso específico de sociedades extintas, o problema ganha ainda maior amplitude. A identificação ou a constatação de uma migração, com referência a uma sociedade extinta, teria que ser comprovada arqueologicamente, pois não se pode traçar uma rota de migração para uma sociedade que não se conhece (ALBUQUERQUE, 1989a). Albuquerque observa que para o estudo da migração de um determinado grupo, ou a constatação de uma migração, um elemento primordial é a identificação do sistema cultural. De modo inverso, se o pesquisador se propõe a estudar a migração de um determinado grupo, parte-se do pressuposto que a instância a pouco referida já foi superada, ou seja, o sistema cultural já foi identificado ou já se conhece elementos capazes de identificar um determinado registro arqueológico como decorrente da ocupação de um grupo integrante de determinado sistema cultural. O autor assinala que apenas elementos de um sistema cultural, como a cerâmica, por exemplo, não são suficientes para se identificar o sistema, e portanto, para traçar a rota de migração daquele grupo. Deste modo, o estudo da migração de um grupo com base apenas no estudo de um elemento cultural, sobretudo quando este não se encontra convenientemente estudado, não pode ser aceito, exceto como hipótese preliminar, necessitando portanto, que as

questões referentes à identificação do sistema cultural sejam equacionadas, de modo a permitir a verificação das hipóteses.

Vale ressaltar, contudo, que a dispersão de um elemento cultural pode ser estudado, se este for o objeto de estudo. Poderá se concluir até, com esse tipo de estudo, que o elemento originalmente relacionado a um dado sistema cultural foi dispersado através de um grupo integrante de um outro sistema cultural, mediante um processo de difusão. Neste caso teria de haver elementos que permitissem identificar cada um dos sistemas culturais envolvidos, além de elementos que permitissem diagnosticar a tradição tecnológica ceramista, identificandoa em ambos os sistemas culturais. Tais constatações poderiam vir a reforçar o argumento de Lowie (1948) acerca da difusão mediante o comércio, de elementos dos grupos relacionados à "Cultura de Floresta Tropical".

As rotas de migração que foram sugeridas para a chamada tradição Tupiguarani e que posteriormente foi dividida nas subtradições Guarani e Tupinambá, basearam-se fundamentalmente, conforme mencionamos anteriormente, em um elemento cultural: a cerâmica. Ainda que a cerâmica atribuída à referida tradição apresente certa "similaridade", a grosso modo, não significa que a cerâmica esteja relacionada a um único sistema cultural, de modo a permitir se traçar rotas com base apenas na cerâmica. Os problemas identificados não se resumem apenas às interpretações a partir deste elemento cultural, mas abrangem ainda a maneira pela qual a cerâmica foi reconhecida enquanto unidade.

Problemas de natureza metodológica abrangem questões desde a coleta, às técnicas de seriação dos resultados obtidos através das análises realizadas. É lícito se admitir que a maior parte dos dados oriundos dos estudos de sítios arqueológicos escavados ou prospectados apresentam problemas

metodológicos cruciais à sua interpretação. Deste modo, a utilização de tais dados não poderia conduzir à identificação de grupos, e conseqüentemente ao estabelecimento de rotas migratórias. Os problemas recaem em duas instâncias básicas: a primeira refere-se à forma pela qual o referido material arqueológico foi resgatado; a segunda diz respeito à condução da análise. A técnica de amostragem utilizada para o resgate do material, via de regra não considera o sítio como um todo, sem levar em consideração as especificidades de áreas funcionais. Deste modo, as “amostras” de diferentes sítios podem provir de distintas áreas funcionais, ou mesmo do cunjunto de todas. No que se refere à condução da análise da cerâmica arqueológica, comumente o que se tem buscado é a identificação de atributos cronologicamente sensíveis, que permitam o estabelecimento de seriações cronológicas. Busca-se, portanto seriar cronologicamente os registros arqueológicos de grupos, independentemente de uma prévia identificação daqueles grupos, ou seja, sem que antes se possa afirmar as reais relações entre os grupos, do ponto de vista de seus sistemas culturais. Um outro aspecto que também vem sendo frequentemente enfatizado por Albuquerque (1983, 1984, 1985, 1991a), é a questão da seleção dos atributos. Como foi discutido anteriormente, grande parte das seriações cronológicas estabelecidas para a cerâmica “Tupi-guarani”, está baseada na qualidade e mesmo na quantidade do antiplástico utilizado, sem levar em consideração a qualidade da matéria prima disponível, fator preponderante para a escolha e dimensionamento do antiplástico a ser utilizado pelo ceramista. Deste modo, como foi demonstrado por aquele autor, é questionável a utilização do antiplástico como atributo cronologicamente sensível, sobretudo quando se trata de elementos que frequentemente podem ser encontrados naturalmente incorporados à argila. Os elementos que serviram de diagnóstico e caracterização de fases

e subtradições, a exemplo das subtradições Guarani e Tupinambá, corresponde exatamente ao quadro acima. Ou seja, são aqueles concernentes à utilização do antiplástico como caracterizador do “tipo”, e conseqüentemente, como atributo para o diagnóstico de mudança cultural. São problemas que, na realidade, somam-se à fragilidade do Método Ford, face ao uso de um atributo isento de valor cronológico (Albuquerque, 1984).

Assim, no caso específico da chamada tradição Tupiguarani, ao identificá-la exclusivamente através da cerâmica, não se está lidando com uma tradição cultural como frequentemente se atribui à mesma, mas, no máximo, apenas com um elemento do sistema cultural, conforme já mencionamos anteriormente. Este elemento, por sua vez, não se encontra ainda convenientemente estudado, pois sequer se pode afirmar que os sítios de onde provêm integram o mesmo sistema cultural ou, o que é mais grave, se estamos lidando realmente com um mesmo sistema cerâmico (Albuquerque, 1989a).

Um outro ponto que merece relevo, é o da utilização de formas da cerâmica e suas relações funcionais na identificação da dieta alimentar, para a caracterização de subtradições.

O domínio na elaboração de formas de vasilhame cerâmico por grupos ceramistas, está diretamente relacionado com as técnicas de manufatura, de preparação de pasta e de queima. Deste modo, o conjunto da morfologia cerâmica disponível, permite reconhecer a gama de formas possíveis de serem elaboradas pelo grupo. A identificação das formas utilizadas é portanto preponderante tanto para o estudo das formas em si, e de suas relações funcionais, quanto importam na caracterização da tecnologia ceramista (RYE, 1981; ALBUQUERQUE, 1991b; BROCHADO, 1977).

No caso da **cerâmica remanescente** na grande maioria dos sítios arqueológicos pré-históricos brasileiros, seu estado de conservação extremamente, fragmentado, não permite, na grande maioria dos casos, a reconstituição direta das formas. Os processos de reconstituição gráfica, utilizados para a cerâmica pré-histórica brasileira, por seu turno, apresentam ainda inúmeras lacunas, sobretudo no que concerne à relação diâmetro/altura de uma vasilha. Sobretudo em determinadas regiões, as formas da cerâmica, apesar de apresentarem uma simetria bilateral, frequentemente não se mostram com uma abertura circular ou em elipse regular. No caso do Nordeste brasileiro, por exemplo, são frequentes as formas quadrangulares, cuja reconstituição matemática, com relação as dimensões de boca, não se tem mostrado viável até o momento. Sabe-se entretanto que problemas de regularidade na cerâmica prejudicam a sua reconstituição, mesmo no caso das formas circulares. No entanto, para aqueles casos que apresentam claramente morfologia circular, e mesmo para os casos de morfologia quadrangular, a identificação do ponto de inflexão, que poderá corresponder a profundidade ou não, a partir do conceito de "Lógica operacional", foi viabilizada matematicamente por Albuquerque (1991c), cujos estudos apresentaram resultados positivos.

A técnica de nivelamento da borda aplicada aos fragmentos de cerâmica para a identificação da correta inclinação da mesma e subsequente projeção do diâmetro, utilizada na reconstituição das formas circulares, não conduz a uma estimativa precisa do diâmetro. Do mesmo modo que a reconstituição da profundidade de uma vasilha cerâmica a partir de fragmentos é prejudicada pelo não conhecimento, muitas vezes, da expectativa da forma, uma vez que não se conhece os padrões morfológicos.

Quando nos referimos à identificação e reconstituição de formas como uma das questões primordiais da metodologia de análise da cerâmica pré-histórica brasileira, e em particular da chamada tradição Tupiguarani, levamos em consideração que a caracterização de subtradições foi, em parte, estabelecida com base nas formas "identificadas", e nas variações espaço temporal destas formas. De modo análogo, o estabelecimento de rotas de migração, foi hipotetizado com base sobretudo nas relações entre mudanças na morfologia cerâmica e **variação** especial. Mesmo que a identificação da forma estivesse correta, seria necessário ainda a correlação de outros elementos do sistema cerâmico, pois apenas a forma, conforme preconiza Albuquerque, por si só não constitui um elemento conclusivo para o estabelecimento de mudança, mormente quando se considera a distinção entre tradição ceramista e tradição cultural.

Com relação à confecção da cerâmica, Brochado (1984) comenta que importantes variações ocorrem em muitos estágios do processo de elaboração de uma vasilha no que concerne ao levantamento das paredes. Algumas dessas variações seriam especializadas e teriam distribuição significativa no espaço e/ou tempo. O autor, no entanto, não entra em detalhes, justificando apenas com a informação de que os dados comparáveis são insuficientes. A viabilidade de identificação desses estágios, no entanto, poderia ser solucionada com a utilização de raios X proposta por Albuquerque (1985).

Um outro elemento que caracterizou a tradição Tupiguarani, ou seja, que interferiu como elemento para o diagnóstico da tradição e de igual modo das subtradições, foi a decoração. O estudo da decoração apresenta ainda uma série de problemas pela inadequação das técnicas de análise utilizadas. Segundo Albuquerque (1989a), os pigmentos não têm sido ade-

quadamente estudados, tanto no que concerne à cor quanto à composição química. Além do problema da identificação do pigmento, podemos observar que na maioria dos trabalhos publicados, os motivos e o zoneamento da decoração nem mesmo são considerados. Ressaltamos ainda que a decoração de uma cerâmica, qualquer que seja o sistema cerâmico, não pode ser privilegiada em detrimento de outros elementos.

Assim, no caso específico da chamada tradição Tupiguarani, a decoração tem sido frequentemente utilizada como elemento fundamental para a identificação da tradição, conforme mencionamos anteriormente. Juntamente com o antiplástico, serviu de base a seriações cronológicas, fundamentadas em Ford; orientou a separação de subtradições - subtradição Pintada, Corrugada e Escovada -, bem como serviu de indicador de origem da tradição e ao estabelecimento de rotas de migração.

A origem da tradição Tupiguarani, e posteriormente das subtradições Guarani e Tupi-nambá, conforme verificamos, foi atribuída a região Amazônica. Segundo foi consagrado, um dos elementos indicativos dessa origem foi a policromia característica da cerâmica daquela filiação. Um dos fatores que levou a essa atribuição foi a suposta ligação com a tradição Policroma Amazônica. Admitimos, no entanto, em conformidade com Albuquerque, que a policromia de uma cerâmica deve ser analisada apenas como elemento do sistema cerâmico. A constatação da policromia numa cerâmica, por si só, não deve servir como parâmetro para inferências com a amplitude das que foram realizadas para a tradição Tupiguarani. Em uma avaliação à luz do conhecimento atual, com relação a associação atribuída à tradição Policroma Amazônica e à Tupiguarani, um aspecto em particular deve ser ressaltado. A época em que foi sugerida esta relação de descendência, o

conhecimento da ocupação pré-histórica da Amazônia estava baseado em um número reduzido de pesquisas, as quais se somaram informações oriundas de coleções particulares, sistematicamente coletadas (OLIVEIRA, 1990). Nestes termos, os dados disponíveis, efetivamente, dizem respeito praticamente à cerâmica, e em particular à sua decoração, sem que outros elementos tenham contribuído para a identificação de quaisquer relações culturais entre os grupos que elaboraram aquelas cerâmicas, quer as amostradas sistematicamente, quer aquelas representadas nas coleções particulares. Vê-se, portanto, que a policromia sequer pode ser considerada como característica da cerâmica de um certo número de grupos da Amazônia, haja vista que não foram estabelecidas as características culturais que identificassem tais grupos. Com maior razão, não poderia a policromia servir de elemento indicativo das relações de descendência entre aqueles grupos da Amazônia, e os demais, que produziram a chamada cerâmica da Tradição Tupiguarani.

Concernente ao tratamento de superfície de uma vasilha cerâmica, considerado uma das características importantes na classificação da cerâmica em termos espaço-temporais, Brochado (1984) reconhece a importância desse estudo e deixa implícito a sua significância na classificação. Observa, no entanto, que esse tipo de estudo não tem o mesmo destaque que o estudo da forma.

Um aspecto de relevância a ser considerado diz respeito às seriações cronológicas referentes à ocupação pré-histórica no Brasil. Conforme nos referimos no início do trabalho, as seriações cronológicas construídas para a cerâmica pela Arqueologia brasileira foram calcadas no Método Ford.

Quando inicialmente nos referimos à prática de uso e às bases teóricas que suportam o Método Ford, comentamos as críticas que têm sido apresentadas quanto à consistência de

tais seriações. Uma das razões já apontadas que conduzem à falta de consistência naquelas seriações, foi a utilização do antiplástico como traço guia. Este atributo não representa uma moda de utilização, não refletindo conseqüentemente uma relação cronológica. A seleção qualitativa do antiplástico é ditada culturalmente, mas no contexto de uma mesma tecnologia ceramista, os índices de utilização ou mesmo a não utilização de antiplástico, representam uma necessidade imposta ou pela função da vasilha (cada uma), ou pela disponibilidade de ocorrência geológica de diferentes tipos de argila, com plasticidade e pegajosidade peculiares a cada depósito, como demonstrou Albuquerque (1984). Deste modo, a utilização de antiplástico em diferentes proporções, não representa um atributo cronologicamente consistente para o estabelecimento de seriações, como foi amplamente empregado na análise de sítios arqueológicos que apresentavam cerâmica da chamada tradição Tupiguarani. Foram estas seriações que culminaram com o estabelecimento de datações relativas, utilizadas na formulação de hipóteses de rotas migratórias.

Com relação à constituição de seriações cronológicas relacionadas à chamada cerâmica Tupiguarani, também Brochado (1984) chama a atenção para a importância atribuída ao tempero, decorrente das práticas instituídas pelo PRONAPA, na classificação da cerâmica arqueológica. O autor comenta que muito frequentemente todas as inclusões antiplásticas, intencionais ou não, são consideradas indiscriminadamente como tempero. Observa igualmente que variações na granulometria, cor e proporção de grãos de areia na pasta são frequentemente usados para criar tipos cerâmicos que teriam significado temporal. Discorda, portanto, das seqüências construídas pelos pesquisadores do PRONAPA, que se baseiam na variação percentual de características do que considera tempero. Adverte, no entanto, que mudanças no tempero poderiam refletir não

apenas tempo, **porém** a disponibilidade ou não do tempo e/ou sua utilização.

Uma outra questão relacionada à consistência teórico-metodológica nos estudos que conduziram às proposições de rotas de migração Tupiguarani, diz respeito às amostras.

Se considerarmos que uma amostra, do ponto de vista estatístico, constitui uma representação do universo, de uma determinada população que se está tratando (KAPLAN, 1975; ALBUQUERQUE, 1989a), constatamos que para que a mesma seja de fato significativa deverá refletir a população em evidência, ou seja, representar a mesma. Nessa instância, torna-se de primordial importância a técnica de amostragem com a qual se pretende trabalhar. Segundo Albuquerque (1989a), a questão da amostra foi tratada pelo Método Ford, como se os sítios arqueológicos pré-históricos se mostrassem como um conjunto homogêneo, em toda sua extensão, sem que houvesse diferenciação em áreas de atividades e/ou de deposição. Sequer a densidade de ocorrência foi considerada, ou seja, quaisquer que fossem as concentrações em cada sítio, deveriam ser recolhidos, no mínimo, cem fragmentos de cerâmica. Entretanto, por seus objetivos buscados, tais amostras se propunham a permitir uma estimativa estatística com explicações de caráter espaço-temporal. Deste modo, como as análises foram realizadas sobre tais “amostras”, que não atendem aos conceitos estatísticos de amostragem, os resultados obtidos são, do ponto de vista metodológico, inconsistentes. Portanto, se as seriações realizadas partem de pseudo-amostras, face a uma errônea técnica de amostragem, os resultados das mesmas, segundo Albuquerque (1989), não refletem conseqüentemente a realidade.

Uma outra questão relacionada às amostras produzidas, diz respeito a distribuição de ocorrências registradas de sítios

da chamada tradição Tupi-guarani. Segundo a análise da tradição Tupiguarani apresentada por Brochado (1980, 1984), a maior parte dos sítios arqueológicos atribuídos a mesma, em termos percentuais, encontram-se, respectivamente, localizados no Sul, diminuindo consideravelmente nas regiões Sudeste, Centro e Nordeste. Ressalte-se entretanto a significativa diferença quanto a intensidade de pesquisas realizadas nessas regiões. Entretanto, foi a partir dessa "amostra" de sítios que rotas de migração foram estabelecidas.

Suponhamos que de fato esses sítios arqueológicos representassem um mesmo sistema cultural, o que é uma premissa possivelmente falsa, visto que as pesquisas realizadas não chegam a identificar parâmetros capazes de definir sistemas culturais. Mesmo assim, as inferências concernentes a rotas de migração ainda não poderiam ser traçadas, face à amostra disponível. No momento em que se está lidando com uma área geográfica de tamanha amplitude, seria necessário que a técnica de amostragem estivesse coerente com a real densidade de sítios, em todas as regiões.

Embora saibamos que do ponto de vista arqueológico não se possa aceder a totalidade do sistema cultural de um grupo, a partir dos elementos vestigiais presentes em um sítio arqueológico, sabemos igualmente que alguns de seus subsistemas, como o subsistema cerâmico, podem ser melhor alcançados ainda que parcialmente (ALBUQUERQUE, 1989b). Neste aspecto, faz-se indispensável considerar a necessidade de admitir a possibilidade de uma distribuição espacial diferenciada na ocorrência do vasilhame cerâmico em um sítio arqueológico, a longevidade diferencial das formas, e sobretudo as diferenças tecnológicas entre as formas cerâmicas, que refletem seus objetivos funcionais. Ou seja, elementos objetivos que pudessem vir a caracterizar a tecnologia ceramista

do grupo. Por outro lado, outros elementos vestigiais além da cerâmica necessariamente teriam de ser avaliados com vista à identificação do sistema cultural de cada sítio arqueológico, para que assim os resultados pudessem vir a ser comparados.

Assim, as bases que inicialmente conduziram ao estabelecimento da tradição Tupi-guarani, buscaram sua fundamentação em relações espaço-temporais dos achados arqueológicos e em dados oriundos da etnografia e da linguística. Nos parece que o resultado destas associações, de um modo geral, não redundaram na compreensão da "Tradição" em estudo, sobretudo em decorrência da ampla generalização utilizada e nas associações levadas a efeito. Parece ter havido, até inconscientemente, uma superposição entre língua e cultura. E mesmo assim, a generalização foi de tal ordem ampliada que não foram considerados alguns aspectos fundamentais ao entendimento da formação e dispersão de uma determinada língua.

Deste modo, pode-se resumir que o estabelecimento de rotas de migração com base nos dados atualmente disponíveis, se torna uma empreitada passível de críticas, face a inconsistência ou a insuficiência de dados. Para que tal empreitada torne-se viável, é necessário que alguns problemas tanto analíticos como metodológicos, referentes a campo e laboratório, sejam equacionados antes. Pois, apenas desta forma, um maior número de informações poderão ser alcançadas e conseqüentemente, o sistema cultural possa ser melhor entendido.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Marcos. Horticultores Pré-Históricos do Nordeste. *Arquivos do Museu de História Natural, Belo Horizonte*, v VIII/XIX, 1983, p. 131-134.

———. Reflexões em Torno da Utilização do Antiplástico como Elemento Classificatório da Cerâmica Pré-Histórica. **CLIO Arqueológica, Revista do Curso de Mestrado em História**, Recife, n. 6, 1984. ————. Utilização da Radiologia em Cerâmica Arqueológica. **CLIO Arqueológica, Revista do Curso de Mestrado em História**, Recife, n. 7, 1985.

———. Comunicação oral, 1989a.

———. Como Analisar um Sistema Cultural. Trabalho inédito, 1989b.

———. Processo de Manufatura e Intemperismo Pós-Depositional na Análise Cerâmica. **CLIO Arqueológica, Revista do Curso de Mestrado em História da UFPE**, Recife, n. 6, 1990.

———. Ocupação Tupiguarani no Estado de Pernambuco. **CLIO Arqueológica**, Número Extraordinário dedicado aos Anais do I Simpósio de Pré-História do Nordeste Brasileiro, Recife, n. 4, 1991a.

———. Organização do Espaço Habitacional em Aldeias Tupi-guarani no Estado de Pernambuco. **CLIO Arqueológica**, Número Extraordinário dedicado aos Anais do I Simpósio de Pré-História do Nordeste Brasileiro, Recife, n. 4, 1991b.

———. Recomposição da Forma da Cerâmica Tupiguarani. **CLIO Arqueológica**, Número Extraordinário dedicado aos Anais do I Simpósio de Pré-História do Nordeste Brasileiro, Recife, n. 4, 1991c.

——— & LUCENA, Veleda. Agricultura tropical pré-histórica (um sistema de floresta única ou que integra o semi-árido?). **Ciência e Trópico**, Recife, 19(1), 1991.

BROCHADO, José J. J. Proenza. Migraciones que Difundieron la Tradición Alfarera Tupiguarani. Sociedad Argentina de Antropología, **Relaciones**, Buenos Aires, n. 7, 1973a, p. 7-39.

———. Desarrollo de la Tradición Cerámica Tupiguarani (A.D.500- 1800). Segunda Parte de Migraciones que Difundieron la Tradición Alfarera Tupiguarani. Gabinet de Arqueologia 3, Porto Alegre, 1973b.

———. **Alimentação na Floresta Tropical**. IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Cad. n. 2, 1977.

BROCHADO, José J. J. Proenza. A Tradição Cerâmica Tupiguarani na América do Sul. **CLIO, Revista do Curso de Mestrado em História da UFPE**, Recife, n. 3, 1980, p. 47-60.

———. **An Ecological Model of the Spread of Pottery and Agriculture into Eastern South America**. Tese de Doutorado Apresentada a Universidade do Illinois em Urbana-Champaign, 1984, 574 p.

ERHET, Christopher. Linguistic Evidence and its Correlation with Archaeology. **World Archaeology**, v. 8, n. 1. University of California, Los Angeles, 1975, p. 5-17.

FORD, James A. **Método Cuantitativo para Estabelecer Cronologias Culturales**. Manuales Técnicos 3, Washington: Unión Panamericana, 1962.

HOFFNAGEL, Judith Chambliss. Alguns aspectos históricos do bilinguismo no Paraguai. **CLIO, Revista do Curso de Mestrado em História**. Recife, n. 4, 1981.

HOIJER, Harry. Linguagem e escrita (Capítulo X) - Ho-

mem, **Cultura e Sociedade** (SHAPIRO, Harry L. - Organizador). São Paulo, Ed. Martins Fontes, 3a. edição, 1982, 470 p.

KAPLAN, Abrahan. **A Conduta na Pesquisa; Metodologia para as Ciências do Comportamento**. São Paulo, 1975.

LATHRAP, Donald W. **O Alto Amazonas**. Editorial Verbo, Lisboa, 1975, 271 p.

LEAKEY, Richard Erskine. **A evolução da humanidade**. Melhoramentos, Círculo do Livro S/A, Ed. Universidade de Brasília, São Paulo, 1981, 256 p.

LEMLE, Miriam. **The Tupí-Guaranian Family. Tupí Studies**, Part. 1. Summer Intitute of Linguistics Publications and Linguistics, Dallas, 1971.

LOWIE, Robert H. **The Tropical Forests: an Introduction. Handbook of South American Indians**, v. 3. Washinton, D.C., 1948.

MEGGERS, Betty J. **Application of the Biological Model of Diversification to Cultural Distributions in Tropical Lowland South America. Biotropica**, v. 7, n. 3, Washington, 1975, p. 141-161.

——— & EVANS, Clifford. **Como Interpretar a Linguagem Cerâmica; Manual para Arqueólogos**. Washington, D.C., Smithsonian Institution, 1970.

——— & ——— . **A Reconstituição da Pré-História Amazônica; Algumas Considerações Teóricas. O Museu Goeldi no Ano do Sesquicentenário (Publicações Avulsas n. 20)**. Belém, 1973, p. 51-69.

—— & —— . (Introdução). **Resultados Preliminares do Terceiro Ano, 1967-1968. Publicações Avulsas n. 13. Museu Paraense Emílio Goeldi.** Belém, 1969.

MÉTRAUX, Alfred. **Migrations Historiques des Tupi-Guaraní. Journal de la Société des Américanistes de Paris, Nova Série, v.XIX, 1927, 45 p.**

—— . **La Civilisation Materielle des Tribus Tupi-Guaraní.** Paris, 1928, 331 p.

—— . **A Religião dos Tupi-nambá e suas Relações com as demais Tribos Tupi-Guaranis.** São Paulo, 1979, 225 p. (Brasiliana v. 267).

OLIVEIRA, Cláudia Alves de. **A Cerâmica Pré-História no Brasil: Avaliação e Proposta.** Dissertação de Mestrado. Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco, 1990, 137 p.

PRONAPA. **Resultados Preliminares do Primeiro Ano, 1965-1966. Publicações Avulsas n. 6. Museu Paraense Emílio Goeldi.** Belém 1967.

—— . **Resultados Preliminares do Segundo Ano, 1966-1967. Publicações Avulsas n. 10. Museu Paraense Emílio Goeldi.** Belém, 1969.

—— . **Resultados Preliminares do Terceiro Ano, 1967-1968. Publicações Avulsas n. 13. Museu Paraense Emílio Goeldi.** Belém, 1969.

—— . **Resultado Preliminares do Quarto Ano, 1968-1969. Publicações Avulsas n. 15. Museu Paraense Emílio Goeldi.** Belém, 1971. —— . **Resultados Preliminares do Quinto Ano, 1969-1970. Publicações Avulsas n. 26. Museu Paraense Emílio Goeldi.** Belém, 1974.

RENFREW, Colin. The origins of Indo-European Languages. **Scientific American**, 1989, 261(4):106-114.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. A Classificação do Tronco Linguístico Tupí. **Revista de Antropologia**, v. 12, n. 1-2. São Paulo, 1964, p. 99- 104.

———. **Línguas Brasileiras; para o Conhecimento das Línguas Indígenas**. São Paulo, 1986.

RYE, Owen. **Pottery Technology; Principles and Reconstruction**. Manuals on Archaeology n. 4. Washington, D.C., 1981.

SCATAMACCHIA, Maria Christina Mineiro. **Tentativa de Caracterização da Tradição Tupiguarani**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, 1981.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. O Guarani no Rio Grande do Sul. **Boletim do Marsul**, v. 2, n. 2, Taquara, 1985, p. 5-42.

SNOW, Charles T. Uma Nota sobre o Uso da Glotocronologia na Arqueologia. **Arquivos do Museu de História Natural da UFMG**, v. II, Belo Horizonte, 1977, p. 192-194.

STEWART, Julian H. Culture Areas on the Tropical Forests. **Handbook of South American Indians**, v. 3. Washington, 1948.

SWADESH, Morris. Toward Greater Accuracy in Lexicostatistic Dating. **International Journal of American Linguistics**, v. 21, 1955, p. 121-137.

TRIGGER, Bruce G. **Além da história: os métodos da pré-história**. Ed. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1973.

Endereço para correspondência:

Universidade Federal de Pernambuco

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Laboratório de Arqueologia - 11^o andar

Cidade Universitária - Recife - PE - CEP 50730